

A INVENÇÃO DA FAVELA ECOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE TURISMO E MEIO AMBIENTE NO MORRO BABILÔNIA

*Camila MORAES**

RESUMO: Este artigo trata da invenção do que denomino **favela ecológica**, processo ocorrido nas favelas Babilônia e Chapéu Mangueira no Morro da Babilônia, Leme, Zona Sul da cidade do Rio Janeiro, de 1989 até 2013, culminando com a criação do Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca. Analiso este processo em consonância com a ampliação do turismo em favelas cariocas e compreendo que a invenção da favela ecológica é a união de dois itens que passaram a ser atrativos turísticos: a **favela** e o **meio ambiente/ecologia**. O envolvimento dos moradores da favela no reflorestamento da área que deu origem ao recém-criado parque e contribui para a invenção da **favela ecológica**, através da redefinição da identidade destas favelas, que passam a ser atrelada à ideia preservação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Favela. Meio ambiente.

Introdução

Neste trabalho, abordarei o caso que chamo de invenção da favela ecológica – a união da **favela** e do **meio ambiente/ecologia** – na elaboração de uma identidade que também se configura como um atrativo turístico. Trato desta invenção criativa nos termos de Roy Wagner, em *Invenção da Cultura* (2010), compreendendo que o processo de invenção de uma cultura é similar ao processo de invenção de uma música, ou seja, a invenção é similar à composição, é um processo positivo e ativo

* UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22290-240. Doutoranda em História, Política e Bens Culturais. FGV – Faculdade Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22253-900 – camilaunirio@gmail.com

dos sujeitos sociais de elaboração de suas culturas. Neste sentido, percebo todo o processo de ambientalização da favela e de indigenização do turismo e das questões ambientais, como parte do processo maior de composição da identidade de favela ecológica pelas comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia.

Um exemplo de como esta identidade de favela ecológica é criada e revertida em atrativo turístico, pode ser percebido em iniciativas comunitárias como o projeto favela Orgânica, que tem como principal ação ensinar aos moradores o reaproveitamento de alimentos, evitando o desperdício, e a CoopBabilônia, que administra atividade de ecoturismo e reflorestamento na unidade de conservação local. Observam-se nestes casos concepções – como **ecoturismo** e **sustentabilidade** – caras ao processo que Lopes (2006) chama de **ambientalização** ao qual voltarei adiante. Assim, este artigo tem como objetivo analisar como se construiu essa identidade de favela ecológica, no Morro da Babilônia, parte do Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca, com especial interesse nos moradores das favelas que dão acesso ao Parque pelo Morro Babilônia, a saber, Chapéu Mangueira e Babilônia. Para esta pesquisa foram tomados como referência visitas às comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia, e conversas com um representante do Rio Sul e com o presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (ALMA).

O Morro Babilônia localiza-se entre os bairros de Botafogo, Urca e Leme, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – Brasil. A partir do bairro do Leme é possível chegar às duas favelas, Chapéu Mangueira e Babilônia, subindo a Ladeira Ary Barroso, uma rua interna do bairro de classe média e de residência de militares em função da proximidade com o Forte Duque de Caxias, situado no Morro Babilônia. Na subida desta ladeira, há uma bifurcação; à direita, está a Favela Chapéu Mangueira, e à esquerda, a Favela Babilônia. O morro passou a ser ocupado, segundo seus moradores, na década de 30, e ainda residem ali algumas pessoas oriundas desse primeiro momento.

Tais comunidades¹ já atraíram a atenção de diretores de cinema; foram filmados nas localidades os filmes *Orfeu negro* (1959), de Marcel Camus e *Tropa de Elite* (2007), de José Padilha, além de dois documentários sobre as favelas: *Chapéu Mangueira e Babilônia – histórias do morro* (1999) de Consuelo Lins e *Babilônia 2000* (1999), de Eduardo Coutinho. Ambos os documentários foram gravados em 1999. Hoje estas favelas são também conhecidas como uma das portas de entrada para o recém-criado Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca que se estende da Ilha de Cotunduba até o Parque da Chacrinha em Copacabana.

¹ Neste artigo utilizarei os termos **comunidade**, **morro** e **favela** como sinônimos, da mesma forma que os moradores das localidades em tela utilizam, embora possam adquirir localmente e externamente significados variados conforme a situação em que são usados.

A Frente Pró-Cidadania Ambiental

Nos anos 70 e 80, segundo os moradores, as favelas se expandiram no morro e no final da década de 80, os incêndios provocados pela extensa cobertura de capim colônia no alto do morro tornaram-se um risco. Os incêndios, além de serem perigosos para os moradores das favelas, prejudicavam ainda o *shopping* Rio Sul e os moradores das ruas Lauro Muller e Ramon Castilha, representados pela Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (Alma), em Botafogo. Diante deste cenário, todos esses atores se uniram e segundo informações do site da Cooperativa de Reflorestadores da Babilônia (CoopBabilônia),² em 1989, teve início no Morro Babilônia a chamada **Luta pelo Reflorestamento**, quando o Governo do Estado destinou verba para iniciar o reflorestamento dos morros da região, mas não deu continuidade ao trabalho.

Em 1989, a associação de moradores Alma, e as associações de moradores da Babilônia e do Chapéu Mangueira se uniram ao shopping Rio Sul e à entidades ambientalistas, para formar a frente Pró-Cidadania Ambiental. Esta Frente pode ser contextualizada e analisada com enfoque do ambientalismo como movimento histórico, conforme indicado por Eduardo VIOLA (1992) no trabalho “*O movimento ambientalista do Brasil (1971-1991)*”. Para o autor há três tipos de abordagens teóricas para analisar o ambientalismo: o grupo de interesse, o movimento social e o movimento histórico. O enfoque do ambientalismo como movimento histórico, parte da concepção de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo devido ao crescimento populacional, redução dos recursos naturais, sistemas produtivos altamente poluentes, e sistema de valores de consumo material ilimitado (VIOLA, 1992). O enfoque do movimento histórico dá relevância às organizações não-governamentais e grupos comunitários ambientalistas, enfatiza estrutura de redes com outros movimentos, empresários e agências governamentais. Assume uma posição intermediária no sistema político, estimulando sua redefinição através da incorporação da proteção ambiental como parte fundamental do conteúdo normativo da democracia (VIOLA, 1992).

Para Viola (1992), no Brasil, o debate sobre as questões ambientais sempre foi atravessado por questões sociais, como a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais; no entanto, no processo de criação da APA dos Morros Babilônia e São João, a população da favela apoia iniciativa, num primeiro momento por conta dos incêndios que eram um risco para os moradores da favela, mais do que para o Rio Sul ou os moradores da Lauro Muller, tendo em vista que a favela era mais próxima da área dos incêndios, e quando atingida tinha mais dificuldades para se recuperar.

² Disponível em: <<http://www.coopbabilonia.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Posteriormente, o reflorestamento da área passou a gerar renda para moradores empregando-os na atividade de reflorestamento.

Em *Risck society*, Ulrich Beck (1993) argumenta que a sociedade industrial, voltada à produção e distribuição de bens de consumo, deu lugar à sociedade de risco, na qual a distribuição de riqueza é sucedida pela distribuição do risco, podendo os riscos atingir a todos em diferentes graus e significados. O risco pode ainda promover uma solidariedade entre ocupantes de diferentes posições sociais decorrente da exposição a um perigo comum. (BECK, 1993). Entre os riscos sinalizados por Beck estão os riscos ecológicos, que gerariam “[...] uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal.” (BECK, 1993, p.2). Em 1995, uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro com apoio do Rio Sul e da Alma, deu origem à criação da CoopBabilônia com atuação na APA dos morros Babilônia e São João.

Henry Acselrad (2010) no artigo *Ambientalização das lutas sociais*, aponta que na literatura há uma importante mudança no ambientalismo brasileiro nos anos 90, com um movimento de institucionalização, surgem organizações profissionalizadas e com capacidade de captar recursos financeiros, como a CoopBabilônia que conta com um Engenheiro Florestal responsável pelo reflorestamento. Para Acselrad este tipo de mudança abre um debate em torno da “redefinição identitária daqueles que se reivindicavam como parte do ‘movimento ambientalista’” (ACSELRAD, 2010, p.105). Para ele é fato que parte dessas entidades, como a CoopBabilônia, passam a atuar diretamente no domínio gestorário-administrativo, compondo o chamado “setor ambiental dos governos” e fornecendo serviços, no caso, o reflorestamento. Estas instituições voltam-se para o Estado, eventualmente ocupando espaço nas representações reservadas à sociedade civil, como os órgãos consultivos de política ambiental, ou para o mercado, fornecendo soluções discursivas, mediação e legitimação ao processo de **ambientalização** de empresas, como o Rio Sul mantenedor da CoopBabilônia.

Da criação da APA dos Morros Babilônia e São João ao Parque Municipal Natural da Paisagem Carioca

No ano de 1994, a prefeitura estruturou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Por meio de alguns engenheiros florestais e engenheiros agrônomos, foram feitas as primeiras diligências ao morro da Babilônia. Dois funcionários da Prefeitura, lotados na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, também participaram.

A partir disso, tais funcionários decidiram propor a criação da Área de Proteção Ambiental, não só do morro da Babilônia, mas estendendo até o morro de São João e o morro do Urubu. O morro do Urubu e o morro do Leme já eram APA do Leme, mas então se formaria uma APA contínua. Juntamente com o Parque da Chacrinha, que já era uma APA estadual.

Em 1996, ocorre a criação e regulamentação como Unidade de Conservação³ da APA do Morro da Babilônia através do Decreto Municipal 14.874, dando força ao reflorestamento e a propiciando uma maior vigilância sobre da ocupação do solo. Estudos realizados pela pesquisadora Bianca Freire-Medeiros no local apresentam que, com a criação da APA, passaram a ser realizados *tours* pela localidade organizados por agentes internos como uma forma de desenvolvimento sustentável para a comunidade, sem permitir a interferência de agentes externos (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Em 2007, as trilhas começam a ser sinalizadas, para implementação e desenvolvimento do que se propõe como *ecoturismo* na região e como a **sustentabilidade da comunidade**, e para apresentar aos visitantes o trabalho realizado no local.

O desenvolvimento do projeto de ecoturismo na APA do Morro Babilônia tem início oficialmente em 2008, em parceria com a Secretaria Especial de Turismo do estado do Rio de Janeiro e com o Ministério do Turismo. O projeto capacitou moradores das comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia para guiarem nas trilhas da APA. Em 2009, a Câmara Municipal através de um projeto de lei, aprovou a lei municipal 5019, que reuniu esse conjunto de APA's em uma APARU, Área de Proteção Ambiental Recuperação Urbana, Cotunduba – São João, que se estende da Ilha Cotunduba até o cemitério de São João Batista.

Nesse mesmo ano, é inaugurada no morro a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Após a instalação da UPP, o Governo do Estado inicia algumas remoções de moradores que invadiram parte da APA, e inicia a construção de moradias **verdes**, o que foi chamado de Morar Carioca Verde (2012), este último com repercussão internacional durante a Rio + 20, atraindo visitantes como o ator americano Harrison Ford e o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg.

Em 2013, esta APA é incorporada às áreas de preservação ambiental vizinhas, criando o Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca (RIO DE JANEIRO, 2013), parque este que será um dos extremos da Trilha Transcarioca⁴, que atravessará a cidade passando por cinco parques, até o parque da Pedra Branca na Zona Oeste.

³ No Brasil, a maneira legal de preservar e conservar áreas naturais é por meio das Unidades de Conservação (UCs), definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) instituído pela lei n.º 9985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

⁴ Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1545993>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

Meio Ambiente e consumo

A definição do meio ambiente como questão pública, não restrita ao meio científico emerge em 1972, quando se realizou, em Estocolmo, a Primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento considerado o marco do reconhecimento, por órgãos internacionais, das consequências do crescimento econômico para o meio ambiente e a qualidade de vida dos seres humanos (RANDOLPH; BESSA, 1993 apud GONDIN, 2012, p.117).

Por meio dos relatos de representantes das associações de moradores, que o movimento iniciado pela Frente Pró-Cidadania Ambiental ganha força com a Eco 92, conferência na ONU realizada no Rio de Janeiro, quando os debates sobre estilo de vida, práticas de consumo e problemas ambientais passaram a ocupar as agendas nacionais e internacionais. Fátima Portilho, em seu artigo *Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo* identifica que os documentos produzidos durante a conferência como a Agenda 21, a Declaração do Rio e o Tratado das ONGs, apontam para a responsabilidade dos estilos de vida e consumo na crise ambiental. Esse debate coincide e pode ser explicado com base em uma tendência de mudança paradigmática do princípio que estrutura e organiza a sociedade, que passa da produção para o consumo (PORTILHO, 2005).

Portilho explica ainda que diversos autores mostram que vivíamos na chamada sociedade industrial, sociedade centrada no trabalho; e na sociedade pós-industrial, o consumo assume uma nova centralidade na sociedade, tornando-se fonte de identidade cultural e participação na vida coletiva, além de espaço privilegiado para a análise e compreensão das sociedades contemporâneas, como no caso que analiso neste trabalho de invenção da favela ecológica, uma identidade apropriada por grupos das favelas Chapéu Mangueira e Babilônia.

Para John Urry (2010) no artigo “*Consuming the planet to excess*” na fase neoliberal do capitalismo cidades inteiras são transformadas em centros de produção de desperdício e consumo, aumentando a escala do impacto drasticamente, especialmente na economia do desperdício. Para Urry, a sustentabilidade não é compatível com nosso modelo de sociedade, é necessária uma mudança estrutural na sociedade que implique em mudanças de hábitos de consumo. Diante disso, é importante analisar as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, com base em uma abordagem orientada por uma proposta de consumo verde e suas implicações no cotidiano destas favelas.

Para Portilho (2005) a questão do impacto ambiental do consumo foi definida inicialmente nos limites da noção de “consumo verde” ou “consumo sustentável”.

O surgimento da ideia de um consumo verde é possibilitado pela conjunção de três fatores inter-relacionados que encontramos no caso das favelas em tela. Primeiro, o advento do ambientalismo, que podemos encontrar na Frente Pró-Cidadania Ambiental; segundo, a **ambientalização** do setor empresarial como aparece no Rio Sul, e terceiro, a emergência, a partir da década de 1990, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades, que entram em voga a partir da Eco 92 e dão força para a regulamentação e criação da APA dos Morros Babilônia e São João.

A partir da combinação desses três fatores, especialistas, autoridades, políticos e organizações ambientalistas começaram a considerar o papel e a coresponsabilidade dos indivíduos comuns, em suas tarefas cotidianas, para a crise ambiental [...] Atividades simples e cotidianas como “ir às compras” – de bens considerados básicos ou de itens considerados luxuosos – começaram a ser vistas como comportamentos e escolhas que afetam a qualidade do meio ambiente. (PORTILHO, 2005, p.03).

A partir do momento em que a preocupação ambiental começa a afetar atividades simples do cotidiano, como as compras destacadas por Portilho, as práticas de turismo e lazer também passam a ser influenciadas. No caso do Morro Babilônia, este passa a ser comercializada como atrativo ecoturístico pela CoopBabilônia.

Segundo Costa, Oliveira y Gomes (2010), o turismo em áreas naturais com promoção ao desenvolvimento local e geração de empregos para a população do entorno são denominadas como ecoturismo, um segmento relativamente novo de turismo de natureza, caracterizado especialmente, por incluir na experiência do turista no local, práticas como a valorização das culturas locais, a promoção da conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável.

Para o Ministério do Turismo,

[...] ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2013, p.9).

Silveira e Barreto (2010) definem ecoturismo como uma atividade que propõe o respeito à relação homem-natureza e para alcançar estes objetivos pressupõe uma ação integrada de trocas e práticas sociais, que requerem a participação comunitária

A CoopBabilônia (2012) apresenta em seu site a sua proposta de roteiro de ecoturismo intitulada: *Ecoturismo, Reflorestamento, história e cidadania misturados em um belo tour no Turismo do Morro da Babilônia*:

Venha nos visitar e colocar este belo tour no seu menu de opções para roteiros na cidade do Rio de Janeiro.
Visita aos nossos projetos na área de meio ambiente e educação.
Tours ecológicos na APA da Babilônia
Visita à comunidade
Ruínas históricas
Tudo isso no coração do turismo da cidade do Rio, entre a Praia de Copacabana e o Pão de Açúcar. (COOPBABILÔNIA, 2012).

No caso da APA dos Morros Babilônia e São João, estas se tornam um espaço ainda de lazer para os moradores do Leme, Lauro Muller, Condomínio Morada do Sol, bem como dos moradores das favelas. No entanto, quando se trata do debate favela e preservação do meio ambiente, surgem algumas questões, como a preocupação com a preservação do meio ambiente face à crescente ocupação de morros e encostas. Algumas destas áreas de preservação ambiental têm gerado conflitos entre os direitos à moradia e ao meio ambiente saudável, mobilizando diferentes atores sociais, entre eles, moradores de baixa renda, movimentos sociais, organizações não governamentais e agentes do Estado (GONDIN, 2012, p.115).

A articulação entre a problemática ambiental e a questão urbana é tênue, na medida em que ainda prevalece uma concepção do meio ambiente como domínio da natureza e a de cidade como produto cultural (GONDIN, 2012, p.116).

Até os anos 1970, a temática ambiental não se fazia presente no debate sobre a questão habitacional no Brasil, que era marcado pela dicotomia urbanização *versus* remoção de favelas. Após a aprovação do Estatuto da Cidade, a regularização fundiária e urbanística dos assentamentos informais tornou-se o paradigma dominante nas políticas habitacionais, ainda que a remoção de favelas não tenha sido descartada. Vale salientar que essa mudança de paradigma encontra respaldo na atuação de instituições internacionais, como pode ser constatado na recomendação da UN-Habitat (2003, p.28), no sentido de que a urbanização de favelas (“*in-situ slum upgrading*”) seja a norma, e o reassentamento de seus moradores só ocorra em casos excepcionais (situações de risco, por exemplo) e seja realizado em área próxima. (GONDIN, 2012, p.121).

A ambientalização da favela: consumo e meio ambiente na favela

Segundo Sahlins (1997), nos anos 1950/60, acreditava-se que o capitalismo, também em nome da modernização, havia devastado instituições, valores e referências culturais dos diferentes povos, vistos como entraves ao desenvolvimento. No entanto, segundo ele, grupos sociais podem elaborar ações e processos de afirmação cultural diante das **imposições** ou da dominação que **sofram**, absorvendo-as segundo seu esquema cultural, incorporando “[...] o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo.” (SAHLINS, 1997, p. 12), e promovendo assim uma **indigenização** da modernidade. Esta afirmação intensifica, responde, interpreta e organiza novas possibilidades de vida através da própria cultura local. Em se tratando de meio ambiente, que também envolve ação humana, pode-se fazer uso deste raciocínio de Sahlins.

Assim, pode-se entender que os grupos humanos, ao se relacionarem com seu meio ambiente – no caso em questão, os moradores da favela, que reflorestam, utilizam para práticas de lazer e comercializam roteiros de Ecoturismo no local; a ALMA, que lida com o local como extensão do seu quintal também para práticas de lazer; e o Rio Sul, que vê no seu investimento sua atividade de **responsabilidade social** – estão se apropriando **a seu modo** das noções de turismo e meio ambiente relacionadas ao capitalismo vigente, mas ressignificando-as numa correlação particular de turismo e meio ambiente no seu contexto, o que se traduz na **favela ecológica**.

Pode-se também considerar que a indigenização do meio ambiente e do turismo no caso em questão produz uma **comunidade imaginada**, no sentido de Anderson (2005), que define o modo como pessoas que não se conhecem presencialmente compartilham certos símbolos e sua relação com eles. Neste sentido a APA, e agora o Parque, são um símbolo que une os moradores do Chapéu Mangueira e Babilônia em uma comunidade, referida à **su**a unidade de conservação e à identidade de favela ecológica, que se coloca ainda como um produto turístico.

José Sérgio Lopes (2006) em seu artigo “*Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação*”, coloca que:

O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos “industrialização” ou “proletarização” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização” desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por

Norbert Elias (1990, 1993, 1995, 1997) para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes, tais como “curialização” – designativo da formação das sociedades de corte européias entre os séculos XIV e XVIII – ou “esportificação” – que ganharam o mundo no século XX a partir da Inglaterra do século XIX (ELIAS, 1990, 1993, 1995, 1997; MARX, 1985 apud LOPES, 2006, p.34).

Lopes explica ainda que o sufixo comum a esses termos (-zação) indica um “[...] processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais.” (LOPES, 2006, p.34). Nesse sentido, remete a Norbert Elias (1994, p.214) no livro *O processo civilizador*, que tem como objeto central “[...] encontrar comprovações factuais da existência de mudanças de longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades.” Segundo Elias (1994), as mudanças nos costumes **evoluem** por algumas razões ou **sentidos** que levam a progressão e **refinamento**. É nessa linha que Lopes reconhece uma nova etiqueta relacionada a meio ambiente, e pode-se ver que a esta nova etiqueta **aderiram** o Rio Sul, os moradores das favelas e a ALMA.

“O campo empresarial passa a dividir-se entre o polo de acumulação primitiva ambiental e polo de apropriação da crítica da responsabilidade ambiental.” (LOPES, 2006, p.02). É o que vemos na atitude do Rio Sul, que passa a financiar a Cooperativa de Reflorestamento da Babilônia como ação de responsabilidade social/ambiental, na medida em que a cooperativa emprega os moradores da favela Babilônia no reflorestamento. “Tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações.” (LOPES, 2006, p.02). É o caso dos moradores do Chapéu Mangueira e da Babilônia que sofriam com os incêndios do capim colônio: a solução de reflorestar, proposta pela prefeitura, e a “consciência” ambiental surgem de uma percepção de risco com os incêndios, e entram no leque de interesses e reivindicações, que passam a ser manifestados através de uma linguagem ecológica.

Acselrad (2010, p.01) caracteriza a historicidade da questão ambiental na literatura sociológica, e na noção de “ambientalização” de Lopes, e entende que esta “[...] pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.”

Acselrad lembra ainda que a noção de “movimento ambientalista” tem sido acionada, no Brasil, para designar um espaço social de circulação de

discursos e práticas associados à “proteção ambiental”, configurando uma nebulosa associativa formada por um conjunto diversificado de organizações com diferentes graus de estruturação formal, desde ONG e representações de entidades ambientalistas internacionais a seções “ambientais” de organizações não especificamente “ambientais” e grupos de base com existência associada a conjunturas específicas. (ACSERLAD, 2010, p.103).

A **preservação do meio ambiente** pelos moradores da favela aparece hoje em outras iniciativas na comunidade. Uma delas é o Projeto Favela Orgânica (FAVELA ORGÂNICA, 2012), que teve início em 2011, liderado por Regina, moradora da Babilônia que ensina os moradores da região a aproveitarem os alimentos em sua totalidade. Através das aulas, eles aprendem a aproveitar sobras de alimentos na cozinha ou como adubo para pequenas hortas.

Outra iniciativa é a Favela Verde (2011), uma associação civil sem fins lucrativos liderada por moradores do Chapéu Mangueira, que desenvolve um programa de educação ambiental e os projetos de práticas sustentáveis, que pretendem inspirar os moradores a repensar seus hábitos cotidianos e estimulá-los a adotar novos comportamentos que minimizem os impactos causados ao meio ambiente. O grupo do Favela Verde atuou junto ao *Albergue Favela Inn*, administrado pela Cristiane, que apresenta, conforme informações do seu site na internet, uma preocupação especial com as questões ambientais, utilizam telhas recicladas e a reutilização da água da chuva (FAVELA INNN HOSTEL, 2012).

Considerações finais

No caso em tela, observamos a junção da favela turística à comercialização de produtos ecológicos, como os roteiros ecoturísticos, algo que, no senso comum, pode ser contraditório, já que a favela é representada historicamente como um local desmatador e poluidor –, ou seja, “antiecológico” – por excelência, conforme dissertação de Simas (2007). Há de se lembrar ainda a proposta dos eco-limites (CASTRO, 2009), proposta de construção de muros ao redor das favelas, para impedir o crescimento destas em direção às áreas de preservação ambiental.

Deste modo, apresentei neste artigo a invenção da favela ecológica como um processo de elaboração criativa de uma identidade para as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, que pode ser acionada pelos moradores do Chapéu Mangueira e Babilônia, desde quando suas lideranças se envolveram na luta pelo reflorestamento, que culminou com a criação da APA dos Morros Babilônia e São João que hoje integram o recém-criado Parque Natural Municipal da Paisagem carioca.

A criação dessa APA, posteriormente incorporada ao Parque, implicando o envolvimento dos moradores da favela na luta pelo reflorestamento, contribui para a invenção da **favela ecológica** através da redefinição da identidade de uma favela, que passa a ser atrelada à ideia de preservação do meio ambiente. Podemos considerar o que aconteceu na Babilônia, por um lado, da perspectiva da *ambientalização* segundo Lopes (2006), – no que diz respeito aos componentes **ecológicos/ambientais** que marcam a peculiaridade do turismo no lugar; e por outro lado, da perspectiva na *indigenização* segundo Sahlins (1997) – no que diz respeito ao modo peculiar como os moradores conduziram ali o próprio processo de ambientalização e o turismo que passa a ocorrer conjuntamente.

Após a criação da APA e no contexto de alta procura pelo turismo na favela da Rocinha conforme estudos de Freire-Medeiros (2009) e após a criação da APA dos Morros Babilônia e São João, o grupo de moradores da CoopBabilônia, interessa-se por reelaborar o Morro da Babilônia voltando-o para o ecoturismo. Neste sentido, o Morro da Babilônia, como vimos, passou a ser elaborado e comercializado, pelo grupo de moradores atuantes na CoopBabilônia, como um lugar para a prática de ecoturismo, ou seja, como foi elaborado como um atrativo ecoturístico.

Mimi Sheller e John Urry (2004) no livro *Tourism mobilities: places to play, places in play*, abordam como os lugares, em especial os destinos turísticos, são construídos e reconstruídos, ou elaborados e reelaborados pelos turistas, trabalhadores, imagens e heranças disponíveis e em circulação na sociedade. Podemos notar que o Morro da Babilônia, onde estão as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, tem estado em constante movimento, sendo elaborado e reelaborado, seja pelo movimento ambientalista, seja por atores interessados em desenvolver o turismo no local, seja pelo Estado que instalou em 2009 uma Unidade de Polícia Pacificadora nas favelas em tela e lançou em 2011, o Projeto Morar Carioca (2011), parte de um projeto mais amplo a ser implementado no Rio de Janeiro até 2020, mas que nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia foi adjetivado de “verde”, tendo em vista a história contada neste artigo.

Retomando o raciocínio inicial deste trabalho, podemos concluir que as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, ao serem tratadas e conhecidas hoje por projetos como o favela Orgânica e a CoopBabilônia, se apresentam hoje como **favelas ecológicas** e vem atraindo a atenção de visitantes, em grande medida, em função de suas iniciativas ecológicas.

THE INVENTION OF THE ECOLOGICAL FAVELA: A LOOK AT TOURISM AND ENVIRONMENT IN THE MORRO BABILONIA

ABSTRACT: *This article refers to the invention of what has been denominated “ecological favela”, as for a process developed in the favelas Babilonia and Chapéu Mangeira, in the Morro Babilonia, Leme, Southern zone of the city of Rio de Janeiro, from 1989 until 2013, breaking out the formation of the Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca. I analyze this process in consonance to the increase of the tourism in the favelas, and I understand that the ecological favela is the joint of the two items that have become tourism attraction: the favela and the environment/ecology. The engagement of the favela dwellers to the area reforestation originated the newly park and contribute to the “ecological favela” invention, by redefining of these favelas identity, that have been related to the idea of environment preservation.*

KEYWORD: *Tourism. Favela. Environment.*

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, v.24, n.68, p.103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Edições 70, 2005.

BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. London: Sage, 1993.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos conceituais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Lei n.º 9985, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 20 fev. 2012.

CASTRO, M. B. de. Os “eco-limites” dos muros das favelas. **Planeta Sustentável**, São Paulo, 08 maio 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_469322.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2012.

COOPBABILÔNIA. **Ecoturismo, reflorestamento, história e cidadania misturados em um belo tour no turismo do Morro da Babilônia**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://coopbabilonia.blogspot.com.br/2009/04/reflorestamento.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

COSTA, C. C.; OLIVEIRA, I. S. S.; GOMES, J. L. Percepción ambiental como estrategia para el ecoturismo en unidades de conservación. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.19, n.6, p.1121–1135, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V19/v19n6a14.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v.1.

FAVELA INN HOSTEL. **Quem somos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.favelainn.com/Quem_somos.php>. Acesso em: 16 nov. 2012.

FAVELA ORGÂNICA. Alimentação sustentável. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://favelaorganica.com/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

FAVELA VERDE. **Integração, cidadania e meio ambiente**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://favela-verde.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

FREIRE-MEDEIROS, B. **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

_____. **A construção da favela carioca como destino turístico**. 2006. Palestra proferida no: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4138/TurismoFavelaCarioca.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

GONDIM, L. M. de P. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n.64, p.115-130, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2012.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.25, p.31-64, jan./jun. 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MORAR Carioca. Inclusão social e reintegração urbana: um projeto que vai levar acessibilidade, saúde, educação, cultura e consciência ambiental a todas as comunidades do Rio. **Cidade Olímpica**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/morar-carioca/>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

MORAR Carioca Verde. **Cidade Olímpica**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.com.br/galeria/morar-carioca-verde-no-morro-da-babilonia/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.III, n.3, p.1-12, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/viewFile/4930/3664>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 37.231, de 05 de junho de 2013. Cria o parque natural municipal paisagem carioca, e dá outras providências. **Leis Municipais**, Rio de Janeiro, 06 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2013/3723/37231/decreto-n-37231-2013-cria-o-parque-natural-municipal-paisagem-carioca-e-da-outras-providencias-2013-06-05.html>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.41-73, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SHELLER, M.; URRY, J. **Tourism mobilities: places to play, places in play**. London: Routledge, 2004.

SILVEIRA, F. E. G.; BARRETO, M. Turismo de transformación: ecoturismo en reservas de la biosfera dentro del marco de la economía de la experiencia. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.19, n.2, p.315–329, mar. 2010.

SIMAS, E. N. B. **Tem meio ambiente na favela? ambientalismo na Serra da Misericórdia**. 2007. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

URRY, J. Consuming the planet to excess. **Theory, Culture & Society**, Los Angeles, v.27, n.2-3, p.191-210, Mar./May 2010.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971/1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBER, M. **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.49-75.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. Rio de Janeiro: Cosac Naif, 2010.

Recebido em 14/12/2012.

Aprovado em 02/09/2013.